



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

* MINUTA DE DOCUMENTO

ANEXO II - Contrato de locação e manutenção de equipamentos de PABX digitais, decorrente do Pregão XX/2021, que entre si celebram o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e a empresa XXXXXXXXX

Pelo presente instrumento a UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, com sede na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ/MF sob n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande/MS, doravante denominado Contratante, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob n. XXXXXXXX, estabelecida na Av. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXXXXXXXXXX, representada neste ato por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileira, xxxxxxxx, portadora da Carteira de Identidade n. xxxxx SSP/xxx e do CPF n. xxxxxx doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao Edital de Pregão n. xx/2021 - Processo SEI 0000148-93.2021.6.12.8000 e proposta do contratado, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Resolução TSE nº 23.234/2010, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores e Instrução Normativa nº 05/2017 - SLTI/MOPG mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto os serviços de locação e instalação de equipamentos de PABX digitais, bem como, atender as condições de manutenção, de assistência técnica e garantia conforme especificações, quantidades e condições constantes deste Edital e seus Anexos, para utilização no Tribunal Regional Eleitoral/MS à Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 – Parque dos Poderes em Campo Grande/MS, na sede do Fórum Eleitoral de Campo Grande à Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180 Parque dos Poderes em Campo Grande/MS e no Anexo TRE/MS à Rua Delegado José Alfredo Hardman, 184 Parque dos Poderes em Campo Grande/MS.

1.2. A discriminação detalhada dos serviços está disposta no Termo de Referência, que segue anexo a este termo contratual.

1.3. Fazem parte integrante do presente Contrato, independente de transcrição, não podendo a contratada alegar desconhecimento, os seguintes documentos:

1.3.1. Edital do Pregão n. xxx/2021;

1.3.2. Termo de Referência (Anexo – I);

1.3.3. Todos os elementos que formam a Proposta da Contratada, desde que não conflitem com nenhum dos documentos anteriores, nem com este instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O detalhamento do objeto tem por finalidade discriminar o serviço que se pretende contratar, com indicação dos seus equipamentos componentes, e respectivas quantidades, dados técnicos pertinentes, funcionalidades, bem como, as demais condições pertinentes à locação, instalação, assistência técnica e manutenção dos equipamentos PABX, doravante denominado serviços estão discriminados no CAPÍTULO II. DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E DOS SERVIÇOS, CAPÍTULO III. DA INSTALAÇÃO e CAPÍTULO IV. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO DO SISTEMA, bem como no CAPÍTULO VI. DOS TREINAMENTOS do Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A execução do contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

3.2. Todas as condições que disciplinaram o desenvolvimento da contratação e execução dos serviços, estão dispostas no Termo de Referência (Anexo I), devendo ser seguido em todas as suas disposições que não conflitarem com este termo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

4.1. O período de vigência deste contrato é de 24 (vinte e quatro) meses contados da última assinatura eletrônica, podendo ser prorrogado nos termos da Lei n. 8.666/93.

4.2. Os prazos de execução dos serviços são os dispostos no **CAPÍTULO V. DOS PRAZOS** do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

5.1. As despesas referentes a este contrato serão custeadas com recursos a serem aprovados na Lei Orçamentária Anual xx.

5.2. O crédito e/ou respectivo empenho para atender à parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, serão indicados oportunamente, com devido registro nos autos.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O valor da contratação é de R\$ xxxxxxxx, conforme detalhamento abaixo:

Item	Locação de Equipamentos / Local	Valor mensal (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Prédio Sede do TRE/MS		
2	Fórum Eleitoral de Cpo Gde		
	TOTAL		

6.2. No final do período de vigência contratual, havendo saldo, igual ou menor aos valores acima estimados, acorda-se que este fica automaticamente decrescido do valor da contratação, na forma prevista na alínea 'b' do inc. I do art. 65 da Lei 8.666/93, respeitando o §1º do mesmo artigo, estando o TRE/MS autorizado a efetivar a devida correção no saldo de empenho.

6.3. Estão inclusos todos os custos necessários e previsíveis para a perfeita execução do objeto aqui contratado (técnicos, materiais, equipamentos, impostos, taxas, emolumentos, fretes, deslocamentos, e outros necessário à realização dos serviços), não sendo aceito, posteriormente, qualquer pedido de acréscimo, cuja previsibilidade fosse possível.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

7.1. O pagamento será efetuado, conforme o estabelecido no **CAPÍTULO IX – DO PAGAMENTO do Termo de Referência**, desde que atendidas todas as condições de serviço previstos neste contrato, e que a documentação fiscal esteja válida e com prazo de vigência suficiente para prazo de pagamento:

- a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**
- b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF)**, devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;
- c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT)**, devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
- d) DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO SIMPLES**, caso a empresa seja optante.

7.2. Somente o transcurso de 12 (doze) meses poderá ser concedido reajuste de valores e será limitado à aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo –IPCA/IBGE.

7.2.1. O reajuste de que trata este item não é compulsório e somente será aplicado no caso de defasagem de preços, tendo por base pesquisa de mercado, desde que a empresa contratada comprove que sofreu variação nos custos contratuais que esteja comprometendo a execução do contrato.

7.3. A contratada deverá requerer o reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venho substituí-lo, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

7.5. No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

7.6. Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

7.7. Só haverá o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato príncipe.

7.8. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O fornecimento dos equipamentos, a instalação, a manutenção preventiva/corretiva, assistência técnica, a fiscalização e o acompanhamento dos serviços, bem como administração do Contrato ficarão a cargo de servidor(es) deste Tribunal, devidamente designado(s) para essa finalidade.

8.2. As relações entre o Tribunal e a empresa contratada, serão mantidas, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

8.3. A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Tribunal Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços, tendo plenos poderes para decidir sobre questões relacionadas à parte técnica dos serviços, em função das disposições do Termo de Referência e deste Contrato, consultando a Administração nos casos de dúvida e sobre matérias que extrapolem as previsões deste contrato e do Termo de Referência.

8.4. Ao identificar algum descumprimento ou mau cumprimento das obrigações assumidas, a Fiscalização deverá emitir comunicado escrito (fax/e-mail, desde que comprovado o recebimento por meio de atesto da contratada), registrando as suas orientações e solicitações, e estabelecendo, sempre que pertinente prazo para correção de qualquer inconformidade.

8.4.1 Após transcorrido o prazo dado para solução dos problemas, o comunicado de que trata este item deverá ser repassado à Administração, com a indicação de correção, ou não, por parte da contratada, a fim de se apurar a penalidade cabível.

8.5. Quando da prestação dos serviços de assistência técnica e manutenção preventiva/corretiva nos equipamentos, os contatos entre a Fiscalização e a contratada poderão ser efetuados através de outro meio disponibilizado pela contratada (por exemplo: atendimento via telefone, correio-eletrônico).

8.6. A qualquer momento a fiscalização está autorizada a solicitar documentação fiscal ou trabalhista, ou qualquer outra relacionada à prestação do serviço, cabendo a Administração determinar a periodicidade para a sua apresentação, podendo inclusive ser mensalmente.

8.7. Qualquer alteração necessária ao contrato deverá ser previamente autorizada pela Administração, respeitando as formalidades da Lei 8.666/93, devendo o fiscal comunicar a Administração quando se tratar de mudança substancial, que enseje alteração por meio de termo específico.

8.8. A fiscalização deverá obedecer a todas as orientações do Termo de Referência e deste Contrato, e manter em arquivo eletrônico o controle de prazos, pagamentos realizados (data e valores), saldos contratuais e saldo de empenho, bem como todos os controles relacionados a obrigações geradas nessa contratação.

8.9. A fiscalização é responsável pela cobrança (formalizada) de documentos necessários ao pagamento da contratada, sempre que a empresa não encaminhá-los juntamente com a nota fiscal, ou ainda, caso estejam vencidas ou venham a vencer antes do pagamento.

8.9.1. Esta cobrança não exime a responsabilidade de apresentação dos documentos pela contratada, e sempre que a empresa deixar de apresentar documentos juntamente com a nota fiscal, ou no caso desses estarem vencidos, tal fato deverá ser objeto de comunicado formal (escrito) da fiscalização à empresa contratada, com solicitação de retificação e prazo para tanto.

8.10. A fiscalização deverá informar à Administração toda necessidade de alteração contratual, com um prazo mínimo de 60 dias de antecedência da ocorrência do fato que ensejar a respectiva alteração necessária.

8.10.1 A alteração contratual far-se-á necessária quando se tratar de necessidades para as quais não há previsão no Termo de Referência ou neste Contrato, e fogem das possibilidades de ajustes previstas neste termo.

8.11. O fiscal deverá atestar a nota fiscal dos serviços, ratificando a execução do serviço mensal (locação), e verificará a apresentação de toda a documentação necessária ao pagamento, bem como a sua validade e correção, encaminhando tudo aos setores competentes do TRE/MS, procedendo a prévia solicitação de correção (por meio escrito, com recibo da empresa), caso seja necessária.

8.12. A fiscalização deverá obedecer a todas as regulamentações do TRE/MS quanto ao acompanhamento e fiscalização dos contratos.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

- 9.1.** Exigir da contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionados no Termo de Referência e neste Termo de Contrato.
- 9.2.** Promover, por intermédio da Fiscalização, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.
- 9.3.** Fiscalizar a manutenção das condições habilitatórias por parte da contratada.
- 9.4.** Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Termo de Referência e neste Contrato.
- 9.5.** Aplicar penalidades descritas neste Contrato em caso de inexecução das obrigações expostas no Termo de Referência e neste Termo de Contrato.
- 9.6.** Prestar as informações necessárias solicitadas pela contratada para a perfeita execução dos serviços.
- 9.7.** Solicitar documentação fiscal ou trabalhista, ou qualquer outra relacionada à prestação do serviço, cabendo a Administração determinar a periodicidade para a sua apresentação, podendo inclusive ser mensalmente.
- 9.8.** Permitir o acesso de funcionário da contratada para a realização da manutenção preventiva/corretiva e assistência técnica nos equipamentos que compõem o sistema, prestando as informações necessárias à solução de problemas encontrados.
- 9.9.** Permitir a retirada dos equipamentos disponibilizados pela contratada, quando for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

- 10.1.** Fornecer os equipamentos que compõem o sistema locado, promover a instalação dos equipamentos e prestar os serviços de manutenção preventiva/corretiva, assistência técnica e locação na forma descrita neste Contrato, observando, também, todas as especificações indicadas pelo fabricante dos equipamentos.
- 10.2.** Coordenar os serviços de sua equipe de técnicos, dando conhecimento e fazendo cumprir o estabelecido neste Contrato.
- 10.3.** Prestar todas as informações solicitadas pela fiscalização, atendendo prontamente a qualquer dúvida ou necessidade de serviços.
- 10.4.** Atender as solicitações e determinações da Fiscalização do TRE, feitas por Ordens de Serviços, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização dos serviços.

- 10.5.** Compor sua equipe de técnicos altamente especializados para a execução dos serviços, de forma a garantir o seu desenvolvimento na mais perfeita técnica.
- 10.6.** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização ou pelo Tribunal seja quanto à execução dos serviços, seja quanto à parte burocrática.
- 10.7.** Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos trabalhos contratados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, como por exemplo: equipamentos e pessoal técnico necessário para a realização dos serviços, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vale transporte e quaisquer outras sejam as despesas diretas ou indiretas.
- 10.8.** Manter-se, durante todo o prazo de execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.9.** Responsabilizar-se pela contratação de funcionários necessários à perfeita execução do objeto, cabendo-lhe efetuar o pagamento de salários e arcar com todos os encargos sociais previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, entre outras, em decorrência de sua condição de empregadora.
- 10.10.** Não subcontratar no todo, o objeto do presente contrato, respondendo a contratada perante a contratante pela execução total do objeto e não haverá qualquer relação entre a contratante e a subcontratada, de modo que, também, pelos atos ou omissões desta, ela é plenamente responsável. A responsabilidade da contratante é plena, legal e contratual.
- 10.11.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o §1º, do art. 65, da Lei de Licitações.
- 10.12.** Responsabilizar-se por danos causados aos equipamentos e às instalações prediais em decorrência de falhas na instalação, na assistência técnica ou manutenção preventiva/corretiva dos equipamentos.
- 10.13.** Fornecer treinamento, nas áreas especificadas no **CAPÍTULO VI. DOS TREINAMENTOS** do Termo de Referência, prestando instruções sobre o uso e operação dos equipamentos, com a finalidade de evitar a utilização inadequada ou diferente para a qual o equipamento tenha sido construído.
- 10.14.** Encaminhar ao Tribunal, quando solicitado pela fiscalização, toda documentação fiscal ou trabalhista, ou qualquer outra relacionada à prestação do serviço.
- 10.15.** Com vistas à preservação e cumprimento das questões de ética e conduta previstas em normativos vigentes, os funcionários da empresa contratada, no cumprimento das atividades deste contrato, devem seguir as diretrizes do Código de Ética do TRE/MS - [Resolução n. 690, de 1 de junho de 2020](#).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

- 11.1.** Configurado o descumprimento de cláusulas deste Contrato e do Termo de Referência (Anexo I), a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar defesa

prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena da aplicação das sanções estabelecidas abaixo, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

11.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

11.2. Será aplicada **Advertência** nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

- a) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual, sem que haja seu reparo imediato;
- b) falhas durante a execução do fornecimento/prestação dos serviços, não corrigidas até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa.

11.3. Será aplicada **Multa**, da seguinte forma:

- a) de 1,0% (um por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso na entrega ou instalação dos equipamentos, contada desde o primeiro dia de atraso e limitada ao montante de 20% (vinte por cento) correspondente a 20 (vinte) dias;
- b) de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso, na prestação dos serviços de assistência técnica/manutenção corretiva, limitada a sua aplicação a 10 dias. Após o décimo dia, a multa diária passará a 1,0%; após o décimo quinto dia, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão; não sendo o caso de rescisão, a multa será aplicada até a efetiva execução dos serviços;
- c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de constatação de qualquer mau cumprimento ou defeito dos serviços de manutenção já prestados e tidos como executados, desde que reste comprovada a culpa da contratada;
- d) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, caso a empresa deixe de emitir ou encaminhar documento imprescindível ao pagamento;
- e) de 15% (quinze por cento) sobre o valor mensal do contrato, por ocorrência, no caso de desatendimento de demais cláusulas contratuais, - que não estejam especificada nas outras alíneas deste item -, no Termo de Referência ou de ordens da fiscalização;
- f) de 7,5% (sete e meio por cento) sobre o valor da contratação, após a segunda ocorrência de penalidade de mesma natureza;
- g) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, caso não queira receber a Nota de Empenho, ou assinar o contrato; ou ainda, assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;
- h) de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato caso a contratada, por sucessivas falhas, leve o Contratante a rescindir o contrato, ou por deixar de cumprir definitivamente com obrigação constante neste contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

11.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

11.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

11.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 11.3.2 e 11.3.3 abaixo;

11.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

11.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

13.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

13.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

11.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A UNIÃO**, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa, se a Contratada:

- a) for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou
- g) cometer fraude fiscal.

11.5. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

11.5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

11.5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

11.6. Da aplicação das sanções de multa e impedimento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

11.7. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 11.5.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. A rescisão do presente *Contrato* somente ocorrerá nos casos estritamente previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras,

principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80, da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

12.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) Determinada por **ato unilateral** e escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, "I", letra "e", da Lei nº 8.666/93;
- b) **Unilateral**, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo nos termos da Lei nº 8.666/93;
- c) **Amigável**, por acordo entre as partes, caso haja conveniência para a Administração deste Tribunal, reduzida a termo no Processo Administrativo, desde que, cumprido o estabelecido no §1º do artigo 79 da Lei nº 8.666/93;
- c) **Judicial**, nos termos da legislação vigente.

12.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.5. O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS FUNDAMENTOS E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 8.666/93, pelo Termo de Referência e demais anexos a este Contrato, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

13.2. Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e a legislação vigente própria e/ou específica ao objeto deste Contrato, no que não conflitar com a supremacia do interesse público, que é característica de todo contrato pactuado pela Administração Pública.

13.3. Em vista da previsão de encaminhamento automático de mensagens eletrônicas pelo sistema de gerenciamento de contratações adotado pelo TRE/MS, fica a contratada obrigada a acessar diariamente o endereço eletrônico informado na proposta de preços, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia da data da comunicação expedida, sendo considerada lida, após esse prazo.

13.4. A substituição do endereço eletrônico utilizado pela contratada deverá ser previamente comunicado à fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. O foro da Justiça Federal, em Campo Grande/MS, na forma da lei, é o competente para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, excluindo-se qualquer outro.

E assim, por estarem justos e contratados, lavra-se o presente Termo, para os devidos efeitos legais.

Campo Grande/MS, xxx de xxxx de 2021.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

xxxxxxx
Representante legal da empresa
xxxxxxxxx



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN**, **Chefe de Seção**, em 30/06/2021, às 15:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1052115** e o código CRC **C2F42FB2**.

0000148-93.2021.6.12.8000

1052115v17